



Boletim do Venerável D. António Barroso

Director: Amadeu Gomes de Araújo, Vice-Postulador
Propriedade: Associação dos Amigos de D. António Barroso. NIPC 508 401 852
Administração e Redacção: Rua de Luanda, n.º 480, 3.º Esq. 2775-369 CARCAVELOS
Tlm.: 934 285 048 – E-mail: vicepostulador.antoniobarroso@gmail.com
Publicação trimestral | Assinatura anual: 5,00€

III Série

Ano XI

N.º 32

janeiro / março de 2021

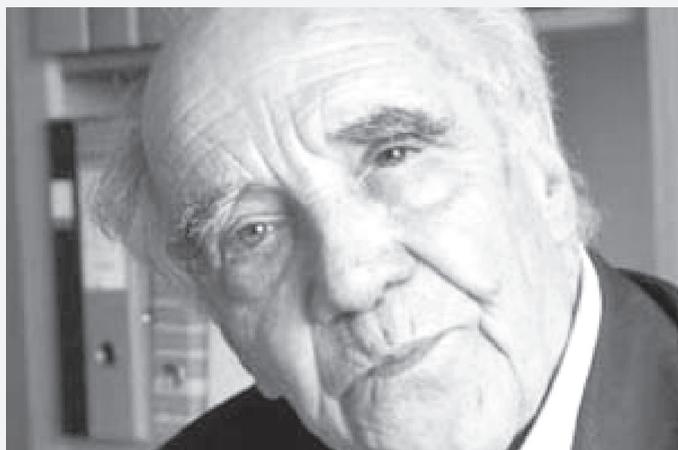
RECORDANDO...

QUEM FOI D. ANTÓNIO BARROSO?

Por **Levi Guerra**

Interpelante pergunta
De brilhante conterrânea...
Remelhe terra minhota
De bouças e courelas
O viu vir à luz,
Eram meados do século,
Inda o país era monárquico.
Fruto d'amor acrisolado
De pais apaixonados,
Talvez pouco letrados,
Não de bens abonados...
Por certo em catequese iniciado.

(Continua na pág. 2)



Levi Eugénio Ribeiro Guerra. Médico, Cientista, Prof. Catedrático jubilado, Administrador, Escritor e Pintor. Foi Director do Hospital de S. João do Porto e introduziu a hemodiálise nos hospitais da região norte. Homem ímpar, com uma obra notável.

Admirador de D. António Barroso, escreveu: “Confesso-me fascinado por esta grandiosa figura da Igreja e de português. Formulo ante mim a intenção de mergulhar mais fundamente na trajetória espantosa desta figura para dar ocasião ao meu espírito de se enriquecer. Tenho a esperança de poder, então, dar o meu contributo que possa concorrer, modestamente embora, para uma maior divulgação desta venerável e santa figura. Irei informando V. Exa. do que se for passando comigo a este respeito”.

Entretanto, enviou-nos o poema que agora publicamos. “Quem foi D. António Barroso?” é uma resposta à pergunta formulada por Margarida Pogarell, no poema “O Senhor da Redoma” (Boletim N.º 30)



Feliz Páscoa

Boletim do Venerável D. António Barroso

(Continuação da pág.1)

Terminados os tempos primários
Da escola segue para Braga;
Mais tarde para Cernache,
Opção pela missionaço.
Enfrenta do pai oposiço,
Recebe da mãe apoios necessários,
Um ser determinado!
Aos vinte e cinco anos sacerdote;
Logo de seguida na missionaço;
Intrépido, em Angola faz furor,
Recupera missões destruídas
E atrai nativos e, respeitoso
Das tradiçoens, revela-lhes Cristo,
Eleva as mulheres, instrui...
Moderniza a missionaço,
Um promotor!
De Angola vai para Moçambique,
Implementa a instruço,
Visita missões longínquas
Com populaçoens quase esquecidas.
Faz obra social de promoço
Eleva a Igreja.
De Moçambique não faz naço,
Mas tenta, de cada moçambicano,
Fazer um cristão.
Certamente que nem a todos batizou,
Mas suas culturas respeitou
Quanto nos é dado saber.
Tal renovaço e tal peso alcançou
Que, por reconhecimento,
O Vaticano a Bispo o elevou.
E por imperiosa premência
Para a Índia o enviou.
E lá, em S. Tomé de Meliapor,
Hoje cidade de Chennai, encontra
Missões católicas amortecidas
Por protestantes substituídas
Recupera-as e outras cria...
Anos se passam, não muitos.
Depois de tantas dificuldades enfrentadas
é chamado para Bispo do Porto.
Aí chegado no expirar do século,
Na suas atitudes revela dignidade,
Nas suas palavras, caridade,
No seu atuar, caridade,
Em tudo aparenta simplicidade,

Sorriso franco pelas barbas emoldurado,
Olhar cheio de brilho, pacificado.
Tudo nele, acolhimento,
Tudo nele sabedoria,
Tudo nele compreensão,
De voz forte e sonora.
Atento ao que se passa,
Nada de importante ignora,
Em tudo a glória de Deus procurado.
Um Bispo! Um grande Homem!
A esta cidade arribado,
Apercebe-se das carências,
Na fé e nos costumes...
Uma ação pastoral se impõe,
E a tal se lança, operativo.
Por tudo se interessa,
A todo o mal procura remédio.
A tuberculose grassava.
D. António acorre, pressuroso.
Nasce a Assistência Nacional aos Tuberculosos...
Não é de espantar?
Avalia-se o que isso representou
De socorro e alívio das gentes?
Já no Porto há mais de uma década
Dá-se a implantação da República.
Surgem explícitos ataques à Igreja.
Contrapôs o Bispo intrépida ação,
Sem temor, com firmeza.
Valeu-lhe o exílio de três anos.
Regressado, prosseguiu,
Tudo algo já melhorado,
Dizem os historiadores...
No entanto, a novo exílio sujeito,
Mais breve, não tão sofrido.
Regressado à sua cátedra episcopal,
Ao fim de meses, falece.
Assim, com admiraço, seja apreciado:
Espírito universalista,
Arauto do Evangelho,
Pugnador incansável pelos pobres,
E grande patriota.
Modelo de missionário,
Grande figura de bondade, tenaz, rebelde,
Nunca torcendo, nunca quebrando.
Só ele!

Porto, 9 de Dezembro de 2020

CORRESPONDÊNCIA

Por entre as cartas do missionário Barroso...



Por **Margarida Pogarell**, professora e escritora

É de responsabilidade fazer caminho pela intimidade do outro. Escaninhar desabafos de amigos, conversas reservadas ou impressões secretas. Aflorescamos estes segredos. Tornamo-nos assim velhos amigos. Uma amizade transformada na descoberta e na paixão dos temas que vão surgindo. Encontros imprevisíveis com nomes desconhecidos ou habitantes do limbo dos grandes nomes da história.

E foi, assim, entregue à descoberta de quem privou com o simpático missionário, que esta carta me tomou de assalto. É escrita na efervescente capital angolana. “Luanda, 14 de setembro de 1885.” A data assume sob o meu olhar um mundo de significados. É o fim do sonho “cor-de-rosa”, o adeus aos direitos históricos de Portugal sobre aquele polémico território africano. Até 26 de fevereiro de 1885, decorrera a Conferência de Berlim, sob a vigia atenta da águia germânica. Ficava, assim, repartida, sem apelo nem agravo, a África Ocidental.

A cidade, Luanda, centro da administração portuguesa, na última década do séc. XIX, tornara-se num manancial de oportunidades com o desenvolvimento do comércio legítimo (o fim do tráfico de escravos) e a ideia recente do projeto colonial, com determinações como a tolerância religiosa e a ocupação efetiva do território. A África atrai um caleidoscópio de gentes em busca de negócio e de melhor fortuna. Se, na capital, a população africana duplica, a branca explode, estende-se pelas zonas do interior. Entretanto, livros e jornais vão

alargando horizontes, mudando mentalidades. No dobrar do século, consolida-se, uma elite cultural, urbana, de “filhos da terra”, que abraça os ideais republicanos. Luanda torna-se cosmopolita.

Alfredo Troni

A assinatura de Alfredo Troni surge desprezível. Apenas o toque italiano do nome me aguça a curiosidade. A letra é miúda, corrida, a forma é concisa. O conteúdo é pragmático. O autor da carta participa ao padre Barroso que “a certidão segue neste pacote ao seu destino” e que levou “a questão à Exma. Junta da Fazenda.” De que questão se trata, ficará, provavelmente, um segredo entre os dois, mas quem sabe o que as restantes cartas nos poderão vir a revelar... Alfredo Troni é versado em leis, é atento e conhecedor dos meandros institucionais, pelo que acrescenta que envia “unicamente como curiosidade (...) a certidão de registo e despacho perante a qual a Relação teve de pôr a chancela”. Troni desobrigava, assim, o jovem padre de lhe enviar qualquer quantia para pagamento. Adivinhava-lhe, certamente, a precariedade económica. Por entre a precisão das ideias, descobre-se alguma afetuosidade e respeito pelo constituente.

A singeleza do nome, não consegue ofuscar o peso da personalidade de Alfredo Troni, que inicia, assim, o périplo por

personagens que se cruzaram na vida do intrépido e resoluto António José de Sousa Barroso. O inexperiente missionário, chegado a Angola seis anos depois de Troni, defendia a missão que lhe fora confiada, num dos momentos mais marcantes da história das relações da África Ocidental com o continente Europeu. Qual profeta Ezequiel perante as atitudes de rapina dos impérios emergentes.

Alfredo Vasques nasce, em Portugal, em 4 de fevereiro de 1845. É criado em casa de uma ama. Recebe as águas lustrais, perto de Coimbra. Santo António é o padrinho.



Alfredo Troni

Luanda 14 de Setembro de 1885.
Exma. Sr. D. P. Barroso.
Tenho sido por fim salvo de saudades de V. Ex.ª e portador de um que se encontra aqui em um pacote ao seu destino. Lhe envio a questão e a certidão da Junta da Fazenda, que decidirá a meu favor.
Lhe envio a V. Ex.ª, unicamente como curiosidade, a certidão do registo e despacho perante a qual a Relação teve de pôr a chancela.
Lhe envio o livro que me trouxe de um livro e mantendo porque esta questão de Junta por um capricho meu - farei com o constituinte te tenho obrigação de realisar a

supposto entrega de lei de 1885 (300^{tos}) e não levantes a dívida - mas pôr o opio para certos devios de futuro.
Lhe envio o livro e o livro de V. Ex.ª sobre a nome de um opio por
De V. Ex.ª
Sr. D. P. Barroso
Alfredo Troni



Manuel Pinheiro Chagas, autor da Portaria de louvor ao missionário Barroso.

O registo de batismo não lhe augura um futuro dourado. É filho de “pais incógnitos”.

Aos 24 anos, a 5 de janeiro de 1869, é perfilhado, em Coimbra, por José Adolfo Troni, professor catedrático de Direito na Universidade de Coimbra. Assume então o apelido do pai.

Maçon, republicano e filho de advogado

Troni é neto de um italiano que servira nas campanhas de Napoleão, Luís Troni, que em 1825, se encontra em Madrid. Nesta cidade, nasce o seu filho José Adolfo. Mais tarde, Luís estabelece-se com a família em Coimbra. Aqui José Adolfo desenvolve uma brilhante carreira universitária. É maçom. Mais tarde, fixa-se em Lisboa como advogado. Adquire a cidadania portuguesa aos 33 anos. Vai falecer, em 1886, aos 61 anos, na capital do Reino. Alfredo Troni forma-se em Direito, na universidade de Coimbra. Entretanto torna-se maçom e defende ideais republicanos. A sua capacidade de expressão e o carácter assertivo da sua ironia granjeiam-lhe a atenção dos intelectuais da geração de 70.

Em 1869, é-lhe passada a Carta de Curso. Três meses depois, embarca para a África, onde inicia uma vida de saltimbanco. De imediato, o jovem bacharel é nomeado secretário no governo de S. Tomé e Príncipe.

No ano seguinte, é já procurador na comarca de Sotavento de Cabo Verde. Em 1871, é transferido para a de Barlavento. Um ano depois, regressa ao “Reino para se tratar e tomar banhos termiais”. Aqui, sabiamente, alarga a estadia, adiando o regresso à África. Segundo algumas fontes, é

condenado ao desterro para Angola, por participação em atividades subversivas. Em 1874, é juiz de direito da comarca de Benguela. Um ano mais tarde, Troni torna-se juiz na comarca de Luanda.

O jornalista que combate a escravatura

Alfredo Troni é ousado e espirituoso. Desempenha funções judiciais, paralelamente a cargos e tarefas de natureza político-administrativa e toma posições que não agradam ao governo colonial. A inteligência e elevada cultura, refletidas na força da palavra, elevam-no ao olimpo dos intelectuais da sua época.

Integra comissões, ganha eleições, é supervisor de escolas. Mal visto por Lisboa, sofre grandes reveses. Em 1878, vê anulada a sua eleição como deputado às Cortes pela província de Angola. Tentam transferi-lo para Moçambique. Recusa, mas não desarma. Retira-se e dedica-se à advocacia e ao jornalismo. Funda e dirige, em Luanda, alguns jornais de grande importância.

Em finais do século XIX, surge uma imprensa relativamente livre. Embora Alfredo Troni não seja um “filho do país”, Angola torna-se terra de eleição. Os jornais são o veículo primordial para denunciar “o estado de coisas” e a defesa contra a prepotência de Lisboa. Um dos jornais que fundou, Mukuarimi usava a língua quimbundo, que Troni aprendeu. Era sua preocupação o acesso dos nativos ao conteúdo dos jornais. Sem contemplações, acusa a existência de trabalho escravo, alerta para os direitos constantes na Carta Constitucional: “Todos os portugueses, sem distinção de raça, cor e senso religioso, têm o direito de dispor do seu próprio trabalho, pela maneira que melhor lhe convenha”. Troni, juntamente com o emergente grupo de jornalistas angolanos, exerce uma crítica implacável ao governo português. Reclama o desenvolvimento de Angola por entre a concorrência desenfreada dos potentados europeus. Propõe para Portugal o fim da monarquia e a implantação da República.

Troni foi escritor, leitor e estudioso atento. Esteve na génese da literatura angolana em língua portuguesa. O seu vasto espólio bibliográfico integra atualmente a Biblioteca do Governo Provincial de Luanda.

O nome Troni chega aos nossos dias através da pessoa de José Alarcão Troni, advogado consultor do Banco de Portugal e membro de governos de Portugal e Macau.



Retrato do Padre António Barroso, publicado na revista Occidente, n.º 364, de 1889, segundo uma fotografia de Muñiz Martinez, considerado o primeiro “fotógrafo pessoano”.

Alfredo Troni acabaria os seus dias, em Angola, a 25 de julho de 1904.

Homens de causas

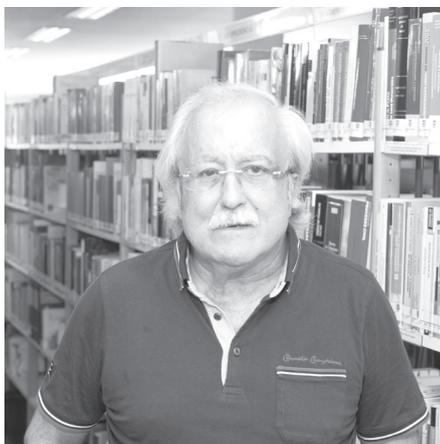
O lado humanista de Troni fê-lo abraçar causas e envolver-se na luta contra a escravatura e na defesa dos direitos dos nativos. Na sua condição de jurista é autor da lei que declarou extinto o estado de escravidão. Esta vertente filantrópica de Troni não terá passado despercebida ao missionário Barroso.

Próximos nas causas, diferem na forma de luta. Impedido pela batina de usar da crítica aberta ao sistema, o missionário opta por um silêncio de construtor sofrido, sem nunca baixar os braços. Ter-lhe-á servido de bálsamo saber que, na portaria de Pinheiro Chagas, ministro do Ultramar, de 23 de setembro de 1885, era lá exarado “o maior aplauso e louvor” do rei D. Luís pelos “novos e relevantes serviços prestados”. Era claro, que ele tinha contribuído para que os impérios não se tivessem assenhorado completamente do Congo e do rio Zaire, na histórica Conferência de Berlim. O missionário Barroso excedia-se nas suas forças, usando a sua diplomacia, influência e enorme resiliência junto das populações.

Provido de uma diferente liberdade, Troni utiliza os seus excecionais dotes de jurista e escritor para desnudar a sociedade luandense e pôr em causa a complexa política colonial portuguesa.

Colónia, 21.02.2021

HÁ 110 ANOS, A REPÚBLICA EXILAVA D. ANTÓNIO BARROSO



Por **Victor Pinho**, investigador

“Em toda a minha vida nunca fugi ao cumprimento dos deveres de cidadão português, de padre ou de Bispo.

Recebendo o castigo que me foi imposto, protestarei contra a ilegalidade do mesmo, e darei graças a Deus por mais uma vez me julgar digno de alguma coisa sofrer, por ter cumprido tanto quanto possível com os meus deveres.

De resto, qualquer perseguição à Igreja, ou aos seus ministros, redundará sempre em benefício da mesma e em desprestígio das instituições que a fazem.” - escreveu D. António Barroso, em 1917, a propósito do seu segundo exílio.

A “questão religiosa” da Primeira República trouxe graves problemas a D. António Barroso, tendo sido exilado em 1911, levado a tribunal em 1913, e sofrido um segundo exílio em 1917.

O governo provisório da República publicou uma série de decretos hostis à Igreja. Protestaram os bispos numa Pastoral Colectiva, datada de 24 de Dezembro de 1910, mas só distribuída e explicada aos fiéis católicos, em 26 de Fevereiro do ano seguinte. Expunha a doutrina sobre o problema religioso em Portugal. A sua leitura foi suspensa por ordem do governo, mas, na diocese do Porto, D. António Barroso recebeu com serenidade o telegrama da suspensão e ordenou aos párocos que continuassem a lê-la.

No dia 7 de Março de 1911, o ministro da justiça, Afonso Costa chamou-o a Lisboa, sendo esperado na estação ferroviária de Campolide pelo seu chefe de repartição Germano Martins. Depois é conduzido de automóvel pelo centro da cidade e pela rua do Ouro, sendo apedrejado e insultado por alguns populares, a maior parte dos quais carbonários e hostis ao catolicismo, descendo até ao Terreiro do Paço e à casa do ministro (foto).

Aí foi constituído um simulacro de tribunal a que ele mesmo presidiu, estando presentes o Procurador-Geral da República, que o interrogou até altas horas da noite, e dois ajudantes e Manuel de Arriaga e António Macieira.

No dia seguinte, 8 de Março de 1911, depois de passar a noite no quartel-general, era enviado para o Colégio das Missões, em Cernache do Bonjardim, sob a custódia de um alferes. Aí viveria o primeiro mês do penoso exílio.

O decreto-lei, entretanto publicado, em 9 de Março, destituía-o das suas funções de Bispo do Porto e declarava vaga a sua diocese, “como se a vacância do bispado resultasse de falecimento”. Como reconhecimento dos seus serviços no ultramar e às suas virtudes pessoais, era-lhe concedida a pensão vitalícia anual de 1.200\$000 réis, paga em prestações mensais pelo Ministério das Colónias. Nunca quis receber esta pensão, apesar de lutar contra a falta de recursos.

Cerca de um mês depois, em Abril de 1911, foi obrigado a deixar o Colégio de Cernache do Bonjardim, devido a uma sublevação nesse colégio, ficando na casa de um médico amigo, Dr. Gualdim António de Queirós de Melo.

Em Junho daquele ano, na companhia do seu secretário, o padre Sebastião de Oliveira Braz, parte para a sua casa, em Remelhe, onde chega no dia 10, e permaneceu até 1914.

Segundo Carlos A. Moreira Azevedo (“Réu da República: O Missionário António Barroso Bispo do Porto, 2009”) “viveu em Remelhe, na simplicidade, como anacoreta, aproveitando o tempo, orientando a diocese à distância e recebendo muitas visitas que admiravam as suas virtudes.” Exerceu sobre os remelhenses um papel curioso: “combatia a rotina das suas culturas agrícolas e fomentava o espírito associativo”, tendo tomado parte activa na fundação do Sindicato Agrícola de Barcelos, com uma caixa de crédito para os associados.

Levantava-se cedo, lia e trabalhava. Aproveitava para dar pequenos passeios, apoiado num cajado e falando com os seus conterrâneos. Celebrava missa em sua casa, em capela improvisada, e por vezes na Capela da Casa de Santiago de Moldes. Em Remelhe ordenou vários presbíteros: 23 (1911), 20 (1912) e 20 (1913).

Mantinha relacionamento com pessoas amigas. Comia, frequentemente, na casa da Torre, propriedade do major José Simões da Silva Trigueiros, militar reformado de grande cultura. Foi várias vezes à casa de praia,

na Apúlia, de Eduardo António da Fonseca, maestro portuense que comporia o hino a D. António Barroso que homenageou o bispo quando regressou à diocese em 1914. Também, em Viana do Castelo, era recebido na casa do Dr. Alberto de Magalhães Cerqueira de Queirós.

Dois anos mais tarde, em 1913, no dia 24 de Março, D. António Barroso representou o Papa Pio X, a solicitação deste, como padrinho, no baptizado de um filho do seu amigo, Dr. Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos que se realizou na Casa São Tiago, em Custóias - Matosinhos, na Diocese do Porto. Ora, o Bispo não podia voltar a qualquer ponto do território da sua Diocese. Por isso, foi intimado a comparecer a julgamento, no Tribunal de S. João Novo, daquela cidade, no dia 12 de Junho, mas foi absolvido, o que teve grande repercussão na imprensa nacional e local.

No dia 22 de Junho, várias agremiações católicas, organizaram uma homenagem, em Remelhe, tendo sido pequena a sala de recepção da sua residência para receber os visitantes. A todos D. António Barroso agradeceu e testemunhou que estava disposto a ir aos tribunais, quantas vezes fosse necessário para defender a verdade.

Seguiram-se viagens pela França, Bélgica, Holanda e Vale do Reno para estudar e conhecer instituições e obras sociais católicas.

REGRESSO À DIOCESE

Depois de três anos de exílio, no dia 19 de Fevereiro de 1914, a Câmara dos Deputados decidiu que D. António Barroso podia voltar a residir na sua diocese e a praticar actos de culto. A fim de evitar manifestações, entrou na cidade, ao cair da noite, em 3 de Abril, vindo de automóvel de Remelhe. No dia seguinte, realizou-se um Te Deum de acção de graças, na Catedral. Muitos choravam de alegria ao ver e ouvir a voz do bispo que amavam (foto). Ao palacete de Sacais, onde passou a residir, afluíram, durante alguns dias, centenas de pessoas.

No dia 30 de Setembro daquele ano, D. António Barroso veio à Quinta da Castanheira, em Barcelos (actual Casa de Saúde de S. João de Deus) para presidir ao casamento de Antónia de Meneses Verney de Castro Casado Gerades Cardoso da Silva, filha do Visconde de Godim, com Simeão Luís Maria de Noronha Porto.

Em inícios de 1916, esteve gravemente doente, e veio para Remelhe nos princípios do mês de Fevereiro, para convalescer.

Boletim do Venerável D. António Barroso

O jubileu episcopal, em 5 de Julho, ocasionou diversas homenagens, recebendo do Papa Bento XV uma carta onde refere a prova de estima. Continua a aconselhar a Santa Sé em matéria de assuntos africanos,

Em finais de Novembro de 1916, o seu estado de saúde agrava-se. Quer o Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Dr. Vieira Ramos, quer o Dr. Matos Graça, conceituado clínico, bem como o Centro Católico de Barcelos, presidido por Secundino Machado, enviaram telegramas a saber do seu estado, mas melhorou.

Decorria o ano de 1917, e em 13 e 17 de Fevereiro, foram mandadas celebrar missas pelo restabelecimento da sua saúde, respectivamente na Capela do Solar do Benfeito, pela família Matos Graça, e na Igreja Matriz.

A esta última, que foi seguida de Te-Deum, estiveram presentes diversas personalidades e instituições, Bombeiros Voluntários de Barcelos, Associação Humanitária Barcelense, Círculo Católico, Associação Comercial, Irmandades da Ordem Terceira, SS. Sacramento, Bom Jesus da Cruz, Senhora do Terço, Santa Casa da Misericórdia, Senhora do Rosário e Senhora da Graça e também as internadas do Recolhimento do Menino Deus.

Em resposta ao Arcipreste Pe. José Fernandes Rios Novais, que lhe tinha comunicado a realização das missas, D. António Barroso agradece a atenção dos barcelenses na edição de 28 de Fevereiro de 1917, do jornal local "Acção Social".

Em 19 de Fevereiro redige o seu testamento, testemunhando o seu desprezo pelos bens materiais:

"Nasci pobre, rico não vivi e pobre quero morrer, em obediência e acatamento às sábias leis da Santa Igreja católica. Por isso, e salva a liturgia, quero que o meu funeral seja o mais pobre possível."



A Juventude Católica do Porto, na varanda do paço de Sacais, ovacionando D. António Barroso, que agradece, com lágrimas, a manifestação.

NOVO EXÍLIO

Nos inícios da segunda quinzena de Junho de 1917, D. António Barroso veio a Barcelos, novamente à Quinta da Castanheira, onde já tinha estado várias vezes, e em cuja capela de Nossa Senhora da Conceição, baptizou António Manuel, primeiro filho de Marcos Tameirão (Vallado) e de Elisa Cardoso e Silva Tameirão, neto materno dos Viscondes de Godim, e em casa dos quais permaneceu.

Naquele mesmo ano de 1917, já em pleno Verão, estando Portugal em guerra e o Bispo do Porto preocupado com os problemas da diocese e ainda com o da assistência em campanha, chegou ao conhecimento do ministro da justiça, Alexandre Braga, que tinha autorizado o exercício do culto no oratório de três senhoras que viviam em comunidade, junto à igreja paroquial de Vila Boa de Quires, concelho de Marco de Canaveses, religiosas da "Casa das Capuchinhas", de Guimarães que tinha encerrado por causa das leis da Separação Igreja-Estado. Mais um crime gravíssimo, segundo os governantes republicanos, explorado por

alguns jornais para efeitos de castigo exemplar.

Apesar dos bons ofícios do Presidente da República, Dr. Bernardino Machado, para que se evitasse novo exílio, o Diário do Governo de 3 de Agosto desse ano, publica um decreto de 31 de Julho que o condenava a dois anos de exílio e proíbe-o de residir nos distritos do Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Aveiro e Viseu.

D. António Barroso saiu, discretamente, do Porto, em 7 de Agosto, acompanhado do cônego Gaspar de Freitas e iniciou, em Coimbra, o seu segundo exílio, vivendo mais de quatro meses no Hotel Avenida.

A chegada ao poder de Sidónio Pais, em 5 de Dezembro de 1917, anulou o decreto e D. António Barroso voltou, de novo, ao Paço de Sacais, no Porto, em 20 de Dezembro de 1917.

Passados poucos meses, doente, enfraquecido e envelhecido e, após quatro meses de sofrimento, faleceu na madrugada de 31 de Agosto de 1918.

Depois de quatro dias de homenagens, o cortejo fúnebre saiu do Paço de Sacais para a Sé, no dia 3 de Setembro. No dia seguinte, de manhã, celebraram-se as exéquias solenes, com a presença dos bispos do Algarve, Viseu, Coimbra, Portalegre e Braga. Depois, o corpo foi trasladado para Barcelos, por comboio, debaixo de chuva abundante. Manteve-se exposto ao público, na Igreja Matriz, até ao dia 5, quando foi transportado para Remelhe, numa carreta dos Bombeiros Voluntários de Barcelos, onde foi sepultado, em modesto sarcófago, no cemitério paroquial. Aqui repousou até 5 de Novembro de 1927, quando os seus restos mortais foram trasladados para a bonita capela-jazigo, feita por subscrição pública lançada pelo "Comércio do Porto" e dinamizada pelo seu director Prof. Bento Carqueja.

Em Novembro de 2019, os seus restos mortais foram, de novo, trasladados, desta vez para os "fundos" da Igreja Paroquial de Remelhe, o que segundo afirmou o Arcebispo Primaz de Braga, D. Jorge Ortiga, trará um "novo impulso" para a causa da canonização do "Bispo dos Pobres" e incremento da devoção.



D. António Barroso à porta do Ministério da Justiça, in Ilustração Portuguesa, 20 de Março de 1911

TRIBUNA DO LEITOR

É com agrado que registamos mensagens dos nossos leitores, apoiando o projecto comum que nos une: a Causa da Beatificação/Canonização de D. António Barroso. São bem-vindas todas as sugestões com vista a melhorar a divulgação da vida, obra e virtudes do Venerável Bispo Missionário. Bem-vindas também as notícias sobre graças recebidas.



(...) Não tenho nada escrito ainda sobre D. António Barroso que, desde há muito venero. Mas estou disposto a usar as minhas humildes Letras para evocar a sua grande figura de Bispo clarividente e corajoso e de cidadão exemplar, um Santo, para cujo reconhecimento desejo contribuir (...) **Levi Guerra**



(...) Que bela notícia a da correspondência encontrada para D. António Barroso. Oxalá em breve possa ser publicada. Como é que esteve escondida até agora? Abraço grande. + **Carlos Azevedo**



(...) Apesar de ser medievalista, fiquei muito interessado no assunto da correspondência de D. António Barroso. Não sei se está a ser equacionada a eventual publicação. Se assim for, óptimo. Caso contrário, gostaria de falar consigo (...) Abraço amigo e grato **Luis Amaral**



(...) Parabéns pelo trabalho sobre as cartas. Um grande abraço. **Jerónimo Nunes**



(...) Devorei o Boletim, pois só levantei os olhos depois de o ler de uma ponta à outra. (...) As minhas recordações de Remelhe remontam a 1954, momento em que de Cucujães subimos até Barcelos para homenagear D. António Barroso. Nada que se compare com as lembranças da Dr^a Magarida Pogarell, que tem veia de literata e eu apenas consigo alinhar algumas frases. Com atrasos de que não consigo redimir-me, nada tenho para oferecer senão a pena de não ter elementos para colocar junto ao túmulo de D. António Barroso. Deixo a ele uma prece e a todos os amigos do Boletim um enorme abraço, que seja coroado com as flores que o Campinho recolhe para embelezar os passos dosromeiros, que eu serei no final de festa, que vós celebrastes. Saudades de Remelhe, também as tenho. Com amizade e estima. **Aires Nascimento**



(...) Este Boletim lê-se todo de seguida. Parabéns até por encontrarem gente nova que vai beber às fontes da Memória. D. António Barroso é muito importante para uma nova atitude da Igreja frente ao Poder. A admiração que ainda mantém na alma do povo há-de levá-lo aos altares, como Frei Bartolomeu dos Mártires. **Fmilheiro**



Deliciei-me com a "crónica" da Margarida Pogarell. Foi um voltar às origens e recordar que um homem nascido em terras humildes e pobres, como o D. António, deu novos mundos ao mundo do seu tempo. (...) Que a Causa de Beatificação tenha sucesso quanto antes. Abraço, **Fernando Caldas**



(...) Não resisti a ler logo o texto da Margarida Pogarell, um contributo de escrita muito apelativa (...) **MJ** (No passado dia 21 de Novembro completaram-se 8 anos sobre a data do falecimento do saudoso Dr. José Ferreira Gomes, pai de MJ)



(...) Li com muita atenção e proveito. Belo. Bem Hajam, especialmente ao caro Amadeu. Agora assim Digital irei repassar para alguns contactos, especialmente Missionários. (...) Com enorme estima e recíproca e mútua edificação, no Senhor. **P. Alípio Barbosa**



(...) Cumprimento-o pelo seu esforço em favor de D. António Barroso. **Jorge Cunha**



(...) Registo, com especial agrado, o destaque dado à publicação das Atas do nosso Colóquio. (...) Receba os meus melhores cumprimentos. (...) **Luis Leal**



Li todo o Boletim! Bem hajas! E gostei. Parabéns pela tua dedicação! (...) **Elias Soares**



(...) Agradeço o Boletim que li com agrado como sempre. Manda-me meia centena ou mesmo uma centena de pagelas de D. António Barroso (...) Com a amizade de sempre, **P. Castro Afonso**



(...) Aproveito para dizer-te que a SÁBADO de hoje se refere aos santos a caminho da canonização e lá está também D. António Barroso. Abraço amigo e grato, **Anselmo**



(...) É notável a sua dedicação à causa da conservação da memória de D. António Barroso. Ele, por certo, tem o Amigo em boa conta. Forte abraço, **Jorge Bento**



(...) Tenho recebido os maços do Boletim. Não tem sido fácil a distribuição, nas actuais circunstâncias. (...) **P. Bonifácio Bernardo**



(...) Meu nome é **João Barroso de Matos**. Meu avô da parte da mãe era Abílio de Sousa Barroso, sobrinho de D. António Barroso. Minha mãe era Angelina Barroso de Matos, filha mais velha do casal Abílio e Delfina que se mudaram para o Brasil nos anos quarenta. Moro em Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul. Gostaria de mudar o endereço do Boletim (...).



Não troque o Cordeiro pelo coelho... A Páscoa é muito mais do que amêndoas, chocolates, coelhos e ovos... Páscoa é pásagem, é esperança de uma vida nova, é renascimento espiritual. Páscoa é amor. Amor que transforma, que renova:

“Algumas coisas são explicadas pela ciência, outras pela fé. A Páscoa ou Pessach é mais do que uma data, é mais do que ciência, é mais que fé, Páscoa é amor” (Albert Einstein)



CONTAS EM DIA

A última relação de contas (até 31 de Outubro de 2020), está disponível no Boletim n.º 31, III Série. De 1 de Novembro de 2020 até 28 de Fevereiro de 2021, efectuaram-se as seguintes despesas: Escola Tipográfica das Missões (Boletim n.º 31): 563,12€; consumíveis e correio: 75,00 €. **TOTAL : 638,12 €.**

No mesmo período, recebemos os seguintes donativos para apoio à Causa da Canonização e despesas do Boletim: Dra. Maria Arminda Barroso Ferreira: 100,00 €; Dr. António José Gonçalves Barroso: 100,00 €; Dr. João Rodrigues Gamboa: 100,00 €; Dr. Serafim dos Anjos Falcão: 20,00 €; Dra. Maria Celeste Escudeiro: 15,00 €; D.ª Maria Ermelinda de Melo Osório: 60,00 €; Sr. António Teixeira Oliveira: 55,55 €; Dra. Maria Adelaide Azevedo Meireles: 30,00 €; Dra. Lúcia Araújo Sousa: 50,00 €; Sr. José Luís Valente Morais: 20,00 €; Sr. Carlos Alberto de Sousa Alves: 30,00 €; Anónimo: 30,00€. **TOTAL: 610,55 €**



Conheça o
Venerável D. António Barroso
leia
www.domantoniobarroso.pt

CONTACTOS

O processo de D. António encontra-se na Congregação para a Causa dos Santos a aguardar que surja um milagre. Se o caro leitor entender que recebeu alguma graça extraordinária (milagre), alguma resposta extraordinária às preces que dirige a Deus, por intercessão do Venerável D. António Barroso, informe o Postulador, Padre João Pedro Bizarro, pelo tlm. 913366967, ou o Vice-Postulador, Amadeu Gomes de Araújo, pelo tlm. 934285048.

Se preferir informar por escrito, use a seguinte direcção: CAUSA DA CANONIZAÇÃO DE D. ANTÓNIO BARROSO / RUA DE LUANDA, N.º 480, 3.º ESQ. / 2775-369 CARCAVELOS, CASCAIS

MORADA DO BOLETIM: RUA DE LUANDA, N.º 480 3.º ESQ. / 2775-369 CARCAVELOS

Conta do «Grupo de Amigos de D. António Barroso», na Caixa Geral de Depósitos, Oeiras, para apoio à Causa da Canonização e despesas do Boletim:

NIB: 003505420001108153073 IBAN: PT50003505420001108153073 BIC: CGDIPTPL